

Igarapava Saneamento S.A.

Demonstrações contábeis acompanhadas do relatório do auditor independente em 31 de dezembro de 2025

Ref.: Relatório nº 262QA-084-PB



Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Demonstrações contábeis	6
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025	12

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Av. Eng. Luiz Carlos Berrini, 105 -
12º andar Itaim Bibi, São Paulo (SP)
Brasil
T +55 11 3886-5100
www.grantthornton.com.br

Aos Acionistas e Administradores da
Igarapava Saneamento S.A.
Igarapava – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Igarapava Saneamento S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2025, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as práticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Igarapava Saneamento S.A., em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta à tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; e
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 03 de março de 2026

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-025.583/O-1



Maria Aparecida Regina Cozero Abdo
Contadora CRC 1SP-223.177/O-1

Igarapava Saneamento S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

Ativo

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	222	10.676
Contas a receber	5	2.137	2.100
Impostos a recuperar	-	146	11
Contas a receber de partes relacionadas	-	-	163
Adiantamentos	-	16	-
Despesas antecipadas	-	7	9
Total do ativo circulante		2.528	12.959
Ativo não circulante			
Intangível	6	78.470	80.804
Imobilizado	6	1.364	224
Total do ativo não circulante		79.834	81.028
Total do ativo		82.362	93.987

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Igarapava Saneamento S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

Passivo e patrimônio líquido

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Passivo circulante			
Fornecedores	7	419	1.187
Empréstimo e financiamentos	8	62.882	70.884
Partes relacionadas - mútuos	10	2.114	-
Partes relacionadas - contas a pagar	10	1.036	-
Obrigações Tributárias	9	128	889
Obrigações Sociais	-	158	131
Total do passivo circulante		66.737	73.090
Patrimônio líquido			
Capital social	11	32.134	32.134
Prejuízos acumulados	11	(16.510)	(11.237)
Total do patrimônio líquido		15.624	20.897
Total do passivo e do patrimônio líquido		82.362	93.987

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Igarapava Saneamento S.A.

Demonstrações do resultado
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Receita líquida	12	16.282	9.809
Custos dos serviços prestados	13	(4.946)	(3.300)
Lucro bruto		11.336	6.508
Despesas administrativas e gerais	14	(4.214)	(3.855)
Despesas tributárias	-	(146)	(18)
Lucro operacional antes do resultado financeiro e os impostos sobre o lucro		6.976	2.635
Despesas financeiras	15	(13.018)	(10.937)
Receitas financeiras	16	769	630
Resultado financeiro líquido		(12.249)	(10.306)
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		(5.273)	(7.671)
Imposto de renda e contribuição social	17	-	(1.199)
Prejuízo do exercício		(5.273)	(8.871)
Resultado por ação		(0,16)	(0,28)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Igarapava Saneamento S.A.

Demonstrações do resultado abrangente
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2025	31/12/2024
Prejuízo do exercício	(5.273)	(8.871)
Total do resultado abrangente do período	(5.273)	(8.871)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Igarapava Saneamento S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023 (não auditado)		2.135	225 -	2.366 -	5
Aumento de capital social	11.a	17.106	(225)	-	16.881
Aumento de capital social	11.b	12.892	-	-	12.892
Prejuízo do exercício	-	-	-	(8.871)	(8.871)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		32.134	-	(11.237)	20.897
Prejuízo do exercício	-	-	-	(5.273)	(5.273)
Saldos em 31 de dezembro de 2025		32.134	-	(16.510)	15.624

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Igarapava Saneamento S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2025	31/12/2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo antes do IRPJ e CSLL	(5.273)	(7.671)
Ajuste do resultado das disponibilidades geradas na atividade operacional		
Depreciações e amortizações	2.422	1.583
IR/CSLL pagos	-	(453)
Juros incorridos	12.001	8.383
Perdas para clientes duvidosos	245	-
(Aumento)/redução nos ativos		
Contas a receber	(282)	(2.100)
Adiantamentos	(16)	-
Despesas antecipadas	2	(9)
Impostos a recuperar	(135)	(11)
Contas a receber de partes relacionadas	163	(164)
Aumento/(redução) nos passivos		
Fornecedores	(768)	1.186
Obrigações trabalhistas e tributárias	(734)	268
Contas a pagar	1.036	-
Caixa líquido (aplicado) nas atividades operacionais	8.661	1.012
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aumentos no imobilizado	(1.213)	(234)
Intangível	(12)	(82.376)
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de investimento	(1.225)	(82.610)
Atividades de financiamentos		
Captação de empréstimos e financiamentos	-	62.500
Aumento de capital	-	29.773
Amortização de juros sobre empréstimos e financiamentos	(20.003)	-
Adição de mútuos com partes relacionadas	2.114	-
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de financiamento	(17.889)	92.273
Reeducação (aumento) das disponibilidades	(10.453)	10.675
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	10.676	1
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	222	10.676
Redação (aumento) das disponibilidades	(10.453)	10.675

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A Igarapava Saneamento S.A. (“Companhia”), constituída em 11 de outubro de 2023, com sede na Rua Cerqueira Cesar, nº 241, Jardim Santa Maria, no Município de Igarapava, Estado de São Paulo, Brasil. O imóvel utilizado como sede pertence à prefeitura de Igarapava. Em 31 de dezembro de 2023, sua composição acionária é Latam Water Participações Ltda., com 69% do capital social, Itajuí Engenharia de Obras Ltda., com 29% do capital social e Cristalina Saneamento S.A, com 2% do capital social. Igarapava Saneamento S.A. é uma SPE constituída para cumprir com o disposto no Edital de Concessão da Concorrência nº 002/2023, e Contrato de Concessão nº 049/2024.

O Contrato de Concessão nº 049/2024 é eficaz desde 09 de fevereiro de 2024, eis que cumpridos os requisitos legais. O prazo de concessão previsto é de 35 anos, a contar da ordem de início.

A Companhia tem como objeto social a prestação de serviços públicos de saneamento básico de água e esgotamento sanitário, na cidade de Igarapava, Estado de São Paulo, compreendendo a captação de água para abastecimento, sua distribuição, operação, conservação e manutenção, além da coleta, tratamento e exploração de esgotos.

A Companhia deu início às suas atividades operacionais sob o contrato de concessão em 1º de junho de 2024.

Continuidade operacional

A Administração avalia constantemente a lucratividade das operações e posição financeira. Essa avaliação é baseada em um plano de negócios que inclui planos de ação para melhoria contínua da performance da Companhia, incluindo crescimento contínuo das operações e melhoria na gestão de capital de giro.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia incorreu em prejuízo de R\$ 5.273 (R\$ 8.871 em 2024), contudo apresenta um patrimônio líquido de R\$ 15.624.

Em março de 2025 a Administração da Companhia deu início às negociações para substituição da dívida existente junto ao Banco BTG Pactual S.A., com vencimento original em 19 de fevereiro de 2026.

Em 09 de fevereiro de 2026, a dívida existente foi liquidada integralmente com recursos provenientes da emissão de debenture no montante total de R\$ 72.500. Vide todos os detalhes da debênture emitida na Nota Explicativa nº 22 – Eventos subsequentes.

A Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis e resumo das práticas contábeis

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluem a legislação societária brasileira e a Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de concessão, em conformidade com os demais pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As demonstrações contábeis são elaboradas com base no custo histórico, exceto por instrumentos financeiros mensurados aos seus valores justos no final de cada exercício. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

A Administração da Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07 – Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral, na preparação das suas demonstrações contábeis. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

As demonstrações contábeis foram autorizadas pela administração para emissão em 03 de março de 2026.

2.2. Classificação corrente versus não corrente

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante.

Um ativo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no curso normal do ciclo operacional da Companhia;
- Está mantido, essencialmente, com o propósito de ser negociado;
- Espera-se que seja realizado até doze meses após a data do balanço; e
- É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 – Demonstrações dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante, pelo menos, doze meses após a data do balanço.

Com exceção dos critérios acima, todos os demais ativos são classificados como não circulantes.

Um passivo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional da Companhia;
- Está mantido, essencialmente, com a finalidade de ser negociado;
- Deve ser liquidado no período de até doze meses após a data do balanço; e
- A Companhia não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após a data do balanço.

Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais, não afetam a sua classificação. A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

2.3. Mensuração do valor justo

A Companhia mensura instrumentos financeiros e ativos não financeiros ao valor justo em cada data de reporte. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: **(i)** no mercado principal para o ativo ou passivo; e **(ii)** na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou passivo, sendo que o mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia.

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico. A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado de gerar benefícios econômicos utilizando o ativo em seu melhor uso possível ou vendendo-o a outro participante do mercado que utilizaria o ativo em seu melhor uso.

A Companhia utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações contábeis são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

- **Nível 1:** os preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração;
- **Nível 2:** técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e
- **Nível 3:** técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Todos os instrumentos financeiros da Companhia são considerados de nível 2.

2.4. Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

2.4.1. Ativos financeiros

a) Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como mensurados subsequentes ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou, para as quais, a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo do negócio adotado.

O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ela gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e com o objetivo de venda.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

b) Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida)

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, ativo de contrato e outros créditos.

**Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes
(instrumentos de dívida)**

Para os instrumentos de dívida do valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes. No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

A Companhia não possui ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos de dívida).

**Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes
(instrumentos patrimoniais)**

No reconhecimento inicial, a Companhia pode optar, em caráter irrevogável, pela classificação de seus instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando atenderem à definição de patrimônio líquido nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 39 – Instrumentos Financeiros: Apresentação, e não forem mantidos para negociação. A classificação é determinada considerando-se cada instrumento especificamente. Ganhos e perdas sobre esses ativos financeiros nunca são reclassificados para resultado.

A Companhia não possui ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos de dívida).

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

A Companhia não possui ativos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado.

c) Desconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram;
- A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e: **(a)** a Companhia transferiu, substancialmente, todos os riscos e benefícios do ativo; ou **(b)** a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo;
- Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ela avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu e nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidas pela Companhia;
- O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre: **(i)** o valor do ativo; e **(ii)** o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade possa ser obrigada a restituir (valor da garantia).

d) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxima da taxa de juros original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais.

As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 180 dias. Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência (uma perda de crédito esperada vitalícia).

A Companhia considera um ativo financeiro em situação de inadimplemento quando os pagamentos contratuais estão vencidos há mais de 180 dias. No entanto, em certos casos, a Companhia também pode considerar que um ativo financeiro está em inadimplemento quando informações internas e externas indicam ser improvável a Companhia receber integralmente os valores contratuais em aberto antes de levar em conta quaisquer melhorias de crédito mantidas pela Companhia.

2.4.2. Passivos financeiros**a) Reconhecimento inicial e mensuração**

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem empréstimos, contas a pagar de fornecedores, contas a pagar de partes relacionadas e outras obrigações.

b) Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Essa categoria também inclui instrumentos derivativos contratados pela Companhia que não são designados como instrumentos de hedge nas relações de hedge definidas pelo Pronunciamento Técnico CPC 48 – Instrumentos financeiros. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento e somente se os critérios do Pronunciamento Técnico CPC 48 – Instrumentos financeiros, forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros ao custo amortizado

Esta é a categoria mais relevante para a Companhia. Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

c) Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sobre o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

2.4.3. Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

2.5. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender aos compromissos de caixa de curto prazo, aos investimentos estratégicos da Companhia, podendo ainda serem utilizados para outros fins. Os valores mantidos em caixa e equivalentes de caixa são resgatáveis em prazo inferior a 90 dias da data das respectivas operações, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

As aplicações financeiras são compostas por contas de investimentos, os quais são registrados pelo valor justo por meio de resultado, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. Em razão da Companhia efetuar aplicação de característica multimercado com risco moderado, entende que estes podem sofrer mudança relevante de valor dada a cotação de tais títulos, por isso não atendem os critérios de reconhecimento de Caixa e equivalentes de caixa.

2.6. Contas a receber

As contas a receber são registradas com base nos valores nominais e não são ajustadas a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e por não resultarem em efeito relevante nas demonstrações contábeis. Correspondem a valores a receber dos clientes relacionados aos serviços prestados de tratamento de água e esgotamento sanitário.

A provisão para perda de crédito esperada é constituída com base em critérios objetivos de inadimplência definidos pela Administração. O principal parâmetro utilizado consiste na constituição de provisão para títulos com atraso superior a 180 dias.

2.7. Intangível

Ativos intangíveis são ativos não monetários identificáveis sem substância física ou incorpóreo, isto é, possui valor econômico, mas não tem existência física. Representa direitos de uso de um bem ou direitos associados a uma organização.

Ativos intangíveis são inicialmente reconhecidos pelo preço de aquisição ou custo de produção. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data de aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, deduzido de amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 04 (R1) – Ativo intangível.

A vida útil do ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida útil definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Os anos de vida útil estimados para cada grupo de ativo intangível são os seguintes:

Classe de ativos intangíveis	Vida útil
Outorga	35 anos

Um ativo intangível é baixado (desreconhecido) quando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício.

Contratos de concessão classificados como intangível e ativo de contrato

A Companhia contabiliza o contrato de concessão conforme a Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão, que especifica as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. A infraestrutura dentro do alcance da ICPC 01 não é registrada como ativo imobilizado da concessionária porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente ao término do contrato de concessão, mediante indenização dos investimentos não amortizados à concessionária, caso aplicável. O concessionário tem acesso apenas para operar a infraestrutura para prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente nos termos do contrato de concessão, atuando como prestador de serviço durante determinado prazo.

A Companhia reconhece um intangível à medida que recebe autorização (direito) de cobrar dos usuários do serviço público e não possui direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente. Em um contrato de concessão, a estimativa de vida útil é o período contado a partir de quando a entidade se torna apta a cobrar os usuários pelo uso da infraestrutura até o final do período de concessão.

A Companhia reconhece o ativo de contrato enquanto esse ativo não é finalizado para uso. Com a sua finalização, esse ativo é reconhecido como intangível por meio de transferências entre contas, pois é nesse momento que esse ativo está pronto para iniciar a sua amortização pela sua utilização.

Impairment de ativos

A Companhia avalia, na data de cada balanço, se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável (*impairment*). O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado.

Não houve necessidade constituição de estimativa para redução ao valor recuperável de ativos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

2.8. Imobilizado

imobilizado é demonstrado pelo custo histórico líquido da depreciação acumulada e provisão para perda no valor recuperável, quando aplicável. O custo abrange: **(i)** o preço de aquisição, os encargos financeiros incorridos em financiamentos durante a fase de construção e todos os demais custos (fretes, impostos não recuperáveis etc.) diretamente relacionados à colocação do ativo em condições de uso; e **(ii)** o valor justo, para os ativos adquiridos através de combinações de negócios.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados ao final de cada período e ajustados, se apropriado, de forma prospectiva.

A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, conforme a seguir apresentado:

- **Equipamentos de informática** – 05 anos;
- **Máquinas e equipamentos** – De 05 a 10 anos;
- **Móveis e utensílios** – 10 anos;
- **Veículos** – 05 anos.

Os bens registrados no imobilizado não possuem vinculação com as concessões de serviços públicos. O valor contábil de um ativo é imediatamente reduzido ao seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação do preço de venda com o valor contábil, líquido de depreciação, e são reconhecidos na demonstração do resultado.

2.9. Custo dos empréstimos e financiamentos

Os custos dos empréstimos e financiamentos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, os quais levam, necessariamente, um período substancial para ficarem prontos para uso ou venda pretendida, são acrescentados aos custos de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso ou venda pretendida.

2.10. Provisões

Uma provisão é reconhecida quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou presumida) resultante de um evento passado, em que é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação, e for possível estimar seu valor de maneira confiável. O valor reconhecido como provisão, foi mensurado a valor presente, e é a melhor estimativa da compensação necessária para liquidar a obrigação presente na data do balanço, levando em consideração os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

As provisões para ações judiciais (trabalhistas, cíveis e tributárias) são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor tiver sido estimado com segurança.

Para toda ação judicial que tiver causa provável de perda, é feita a provisão contábil.

2.11. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos é reconhecida como passivo nas demonstrações contábeis ao final do exercício, com base no estatuto social. Qualquer valor, acima do valor mínimo obrigatório, somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral Ordinária (AGO).

2.12. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

2.13. Partes relacionadas

A Companhia realiza transações com partes relacionadas no curso normal de suas atividades, em condições semelhantes às praticadas com terceiros independentes, quando aplicável.

Para fins de divulgação, são consideradas partes relacionadas àquelas definidas pelo CPC 05 (R1) – Divulgação sobre partes relacionadas.

2.14. Tributos

Lucro Real

A Companhia é tributada pelo regime do Lucro Real, conforme legislação vigente (Lei nº 9.430/96 e Regulamento do Imposto de Renda (RIR)).

Nesse regime, o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) são apurados com base no lucro líquido contábil ajustado pelas adições, exclusões e compensações previstas na legislação fiscal.

2.15. Receitas

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. Nas demonstrações contábeis, a receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

As receitas são reconhecidas quando os valores podem ser mensurados com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para as entidades e quando os critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades. As estimativas se baseiam em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada prestação de serviço.

Um recebível é reconhecido se um valor de contraprestação que seja incondicional é devido de um cliente (ou seja, faz-se necessário somente o transcorrer do tempo para que o pagamento da contraprestação seja devido).

Os tipos de receitas da Companhia estão descritos a seguir:

Receitas de serviços de abastecimento de água e tratamento de esgoto

A receita de serviços é apurada em conformidade com o regime contábil de competência. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

As receitas de serviços decorrem do fornecimento de água e serviços de coleta e tratamento de esgoto sanitário que compreendem apenas uma obrigação de desempenho que é composta pelo ciclo completo da operação do sistema sanitário: captação, adução, tratamento e distribuição de água e coleta, tratamento e destinação do esgoto, sendo reconhecidas por ocasião da medição do volume tratado e do consumo de água.

A receita de outros serviços (gestão comercial) de água e esgoto refere-se à prestação de serviço de instalações de hidrômetros e ligação e religação de água e é reconhecida no período no qual os serviços são prestados.

2.16. Resultado financeiro

As receitas e despesas financeiras são representadas, substancialmente, por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos.

2.17. Resultado por ação

O resultado por ação foi calculado de acordo com o Art. 187 – inciso VII da Lei nº 6404/76, o qual exige que seja apresentado nas demonstrações do resultado, o lucro ou prejuízo líquido do exercício e o seu montante por ação do capital social (Resultado dividido pela quantidade de ações em circulação na data-base das demonstrações contábeis).

2.18. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

2.18.1. Julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, não há julgamentos que têm efeito significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

2.18.2. Estimativas e premissas

As principais premissas relativas ao futuro e outras principais fontes de incerteza nas estimativas na data das demonstrações contábeis, que têm um risco significativo de causar um ajuste material nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo exercício social, estão descritas a seguir. A Companhia baseou suas premissas e estimativas em parâmetros disponíveis quando as demonstrações contábeis foram preparadas. No entanto, as circunstâncias existentes e as premissas sobre desenvolvimentos futuros podem mudar devido a alterações de mercado ou circunstâncias que estão além do controle da Companhia. Tais mudanças são refletidas nas premissas quando ocorrem. Itens significativos que estão sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual e depreciação do ativo imobilizado, perda estimada para créditos de liquidação duvidosa, amortização do intangível, tributos e provisão para contingências.

2.19. Empréstimo e Debêntures.

Os empréstimos e debêntures são reconhecidos quando a Companhia assume as obrigações contratuais, sendo registrados inicialmente pelo valor justo dos recursos recebidos, deduzidos dos custos de transação. Após o reconhecimento inicial, esses passivos são mensurados pelo custo amortizado, aplicando-se o método da taxa de juros efetiva, de modo que juros, atualização monetária, variações de indexadores e amortização de custos sejam reconhecidos no resultado ao longo do prazo dos instrumentos. A classificação entre circulante e não circulante segue os vencimentos contratuais, considerando como curto prazo as obrigações a liquidar nos doze meses seguintes. Modificações substanciais dos termos resultam na baixa do passivo original e no reconhecimento de um novo instrumento; modificações não substanciais são ajustadas no valor contábil, com impacto imediato no resultado. Para debêntures, são observadas as condições específicas de cada emissão, como remuneração, indexadores, custos de emissão, prêmios, descontos, garantias e covenants, apropriados pelo método da taxa de juros efetiva. A baixa ocorre quando a obrigação é liquidada, cancelada ou expira, sendo eventuais diferenças reconhecidas como ganho ou perda financeira. As características relevantes desses instrumentos, incluindo taxas, prazos, garantias e saldos, são divulgadas nas notas explicativas.

3. Novas normas

3.1. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2025, sem identificar impactos às demonstrações contábeis (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

As normas iniciadas em 1º de janeiro de 2025, sem impacto para a Companhia, estão descritas a seguir:

- **Alterações ao CPC 02 (R2) – Efeitos nas mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade;**

- **Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em coligada, em controlada e empreendimento controlado em conjunto e a ICPC 09 – Demonstrações contábeis individuais, demonstrações separadas, demonstrações consolidadas e aplicação do método da equivalência patrimonial.**

As alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações contábeis da Companhia

3.2. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

- **IFRS 18: apresentação e divulgação nas demonstrações contábeis;**
- **IFRS 19: subsidiárias sem responsabilidade pública: divulgações;**
- **Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 – Alterações à classificação e mensuração de instrumentos financeiros;**
- **Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS – Volume 11;**
- **Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 – Contratos referenciando a eletricidade dependente de condições naturais.**

A Companhia não espera que essas alterações tenham impacto material sobre suas demonstrações financeiras, mas continuará acompanhando a aplicação das normas e avaliará a necessidade de atualização de suas políticas contábeis quando as revisões forem formalmente emitidas pelo CPC.

3.3. Reforma tributária sobre o consumo

Reforma tributária sobre o consumo

A reforma tributária sobre o consumo (“Reforma tributária”) estabelece a substituição de quatro tributos atualmente incidentes sobre o consumo – PIS, Cofins, ICMS e ISS – por dois novos tributos, a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). A reforma também institui o Imposto Seletivo (IS), incidente sobre produtos considerados nocivos à saúde e/ou ao meio ambiente, bem como reduz o campo de incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

Os novos tributos e respectivas alíquotas serão implementados de forma gradual a partir de 1º de janeiro de 2027, com a substituição integral dos tributos atualmente vigentes até 2033.

Potenciais impactos contábeis

As alterações introduzidas pela Reforma tributária poderão gerar impactos contábeis relevantes, os quais incluem, entre outros:

- Tributos diferidos sobre o lucro.

Reforma tributária pode afetar as projeções de geração de lucro tributável futuro das entidades a partir de 2026, podendo, consequentemente, alterar os valores realizáveis dos ativos de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos.

- Divulgações – estimativas e julgamentos críticos.

Considerando a relevância e a abrangência das mudanças, bem como os julgamentos envolvidos, poderá ser necessária a inclusão de divulgações adicionais relacionadas aos impactos e incertezas decorrentes da Reforma tributária nas demonstrações financeiras.

Os potenciais impactos contábeis descritos acima não são exaustivos e a Companhia ainda não concluiu a sua avaliação sobre os impactos em suas demonstrações financeiras e em suas operações.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Composição

	31/12/2025	31/12/2024
Banco contas movimento	125	351
Aplicação financeira	96	10.325
Total	222	10.676

As aplicações financeiras pós-fixadas apresentadas no ativo circulante referem-se aos Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), corrigido pela em média de taxa de 101,5% de CDI que podem ser resgatadas a qualquer tempo sem prejuízo da remuneração já apropriada.

5. Contas a receber

	31/12/2025	31/12/2024
Faturamento de serviços de água e esgoto	2.382	2.100
(-) Perda esperada para crédito de liquidação duvidosa	(245)	-
Total	2.137	2.100

Aging list	31/12/2025	31/12/2024
A vencer	995	912
30	609	632
60	344	266
90	135	140
120	25	-
150	29	-
180	245	-
Total	2.382	2.100

Referem-se ao faturamento das medições de volume do consumo de água, tratamento de esgoto e de serviços complementares efetuados pela Companhia. A própria Companhia é responsável pela cobrança junto aos consumidores finais. Essas contas a receber são registradas pelo valor nominal e não são ajustadas a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo. O prazo médio de recebimento dessas contas a receber é de 30 dias. Em 31 de dezembro de 2025 não existiam saldos de contas a receber dados em garantia.

6. Intangível e imobilizado

a) Intangível

Descrição	Custo	Amortização acumulada	Líquido
			31/12/2025
Outorga fixa (i)	25.005	(1.330)	23.675
Indenização (ii)	57.228	(2.588)	54.640
Custos pré-operacionais	155	-	155
Total	82.389	(3.918)	78.470

Mapa de movimentação do intangível

	Inicial	Adições	Baixas	31/12/2024
Custos				
Outorga fixa (i)	-	25.148	-	25.148
Indenização (ii)	-	57.228	-	57.228
Total	-	82.376	-	82.376
Amortização acumulada				

	Inicial	Adições	Baixas	31/12/2024
Outorga fixa	-	(619)	-	(619)
Indenização	-	(953)	-	(953)
Total	-	(1.572)	-	(1.572)

Total	-	80.804	-	80.804
--------------	----------	---------------	----------	---------------

	Inicial	Adições	Baixas	31/12/2025
Custos				
Outorga fixa (i)	25.148	12		25.160
Indenização (ii)	57.228		-	57.228
Total	82.376	12		82.389

Amortização acumulada				
Outorga fixa	(619)	(711)	-	(1.330)
Indenização	(953)	(1.635)	-	(2.588)
Total	(1.572)	(2.346)	-	(3.918)

Total	80.804	(2.346)	-	78.470
--------------	---------------	----------------	----------	---------------

(i) Outorga fixa – Valor pago pela Concessionária ao poder concedente, a prefeitura de Igarapava, para obter o direito de exploração da concessão no município de Igarapava, estado de São Paulo, pelo prazo de 35 anos, para a exploração da concessão - R\$ 25.148.

(ii) Indenização – A Igarapava Saneamento S.A. efetuou o pagamento de indenização à SABESP, conforme exigido pelo edital da concessão, para ressarcir investimentos realizados no município que não haviam sido amortizados durante o contrato de programa. Tal pagamento constitui condição necessária para a transferência da operação e integra o custo de aquisição da concessão.

b) Imobilizado

Composição

Descrição	Taxa anual de depreciação em %	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	
				31/12/2025	31/12/2024
Máquinas e equipamentos	10%	216	(26)	190	178
Computadores e periféricos	20%	48	(14)	34	46
Hidrometria	10%	12	-	12	-
Instalação rede de água	10%	642	-	642	-
Instalação rede de esgoto	10%	163	-	163	-
Instalações	10%	366	(43)	323	-
Total		1.447	(83)	1.364	224

Mapa de movimentação do imobilizado

	31/12/2025			
	Inicial	Adições	Baixas	Final
Custo				
Máquinas e equipamentos	186	30	-	216
Computadores e periféricos	48	-	-	48
Hidrometria	-	12	-	12
Instalação rede de água	-	642	-	642
Instalação rede de esgoto	-	163	-	163
Instalações	-	366	-	366
Total	234	1.213	-	1.447

	31/12/2025			
	Inicial	Adições	Baixas	Final
Depreciação acumulada				
Máquinas e equipamentos	(7)	(19)	-	(26)
Computadores e periféricos	(4)	(14)	-	(14)
Hidrometria	-	-	-	-
Instalação rede de água	-	-	-	-
Instalação rede de esgoto	-	-	-	-
Instalações	-	(43)	-	(43)
Total	(11)	(76)	-	(83)
Total	224	1.137	-	1.364

7. Fornecedores

	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores a pagar	419	1.187
Total	419	1.187

8. Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Encargos	Vencimento final	Valor contratado	31/12/2025	31/12/2024
Capital de giro	CDI + 4,85% a.a.	Janeiro de 2026	-	382	8.384
Capital de giro	CDI + 4,85% a.a.	Fevereiro de 2026	62.500	62.500	62.500
Total				62.882	70.884
Circulante			-	62.882	70.884
Não circulante			-	-	-
Total			-	62.882	70.884

Movimentação dos empréstimos e financiamentos				31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial				70.884	-
(-) Pagamento dos juros				(20.003)	-
(+) Juros incorridos				12.001	8.384
(+) Captações				-	62.500
Saldo final				62.882	70.884

O financiamento contratado com o Banco BTG Pactual, no montante de R\$ 62.500, tinha como objetivo permitir à Companhia a realização dos investimentos compromissados quando da obtenção da concessão. A liberação do recurso ocorreu em 16 de fevereiro de 2024. O prazo total do contrato era de 02 anos, com pagamentos de juros mensalmente em fevereiro de 2026 juntamente com o principal.

No entanto, esse financiamento foi substituído por uma debênture emitida em 15 de janeiro de 2026, antes da data de emissão dessas demonstrações contábeis. Vide todos os detalhes da debênture emitida na Nota Explicativa nº 22 – Eventos subsequentes.

Garantias

Em garantia dos créditos imobiliários foram oferecidos os seguintes ativos:

As garantias foram que cada um dos acionistas deu como garantia sua parte no aval em cada *holding*, sendo as *holdings* Itajuí Engenharia de Obras Ltda., Sanea Ambiental Ltda., e Latam Water Participações Ltda., sendo que as ações presentes e futuras ficam como garantia real.

9. Obrigações tributárias

	31/12/2025	31/12/2024
PIS	21	25
Cofins	104	115
ISS retido na fonte	-	1
Retenção PIS/Cofins/CSLL	3	1
Imposto de renda	-	548
Contribuição social	-	199
Total	128	889

10. Partes relacionadas

a) Mútuos

Composição

	31/12/2025
Mútuo (i)	2.114
Total	2.114

(i) Mútuo: refere-se a contrato firmado com a parte relacionada:

- Sanea Ambiental Ltda. – R\$ 846;
- Latam Water Participações Ltda. – R\$ 634;
- Itajuí Engenharia De Obras Ltda. – R\$ 634.

Com taxa de juros de 100% do CDI., sem garantias reais, o saldo foi quitado em 10 de fevereiro de 2026.

b) Remuneração da administração

Não há remuneração da administração de partes relacionadas pela Companhia, tanto em 2024 como em 2025.

c) Contas a pagar

Contratos de serviços com partes relacionadas

Em 2025 foi firmado um contrato de taxa de administração entre os acionistas e a Companhia para remuneração dos serviços de gestão administrativa. O saldo em aberto em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 1.036 (R\$ 461 da Latam Water Participações Ltda, R\$ 364 da Sanev Ambiental Ltda e R\$ 211 da Itajuí Engenharia de Obras Ltda) e foi reconhecido no resultado do exercício, sendo apropriado nas rubricas de serviços de terceiros e custos de serviços nos montantes de R\$ 801 e R\$ 235, respectivamente.

11. Patrimônio líquido

O capital social da Companhia, subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 é de R\$ 32.134, representado por 32.134 mil ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, pertencentes aos seguintes acionistas:

	31/12/2025	31/12/2024
Capital Social Integralizado		
Latam Water Participações Ltda.	9.640	9.640
Itajuí Engenharia de Obras Ltda.	9.640	9.640
SANEA Ambiental Ltda.	12.854	12.854
Total	32.134	32.134

11.a) Alterações do Capital Social

1. Em 06 de dezembro de 2023 foi deliberado e aprovado o aumento do capital da Companhia de R\$ 1 para R\$ 2.136 com emissão de 2.135.282 novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Subscritas e integralizadas pelos acionistas Latam Water Participações Ltda. (R\$ 1.474), Itajuí Engenharia de Obras Ltda. (R\$ 620) e Cristalina Saneamento Ltda. (R\$ 43).

2. Em 10 de fevereiro de 2024, foi deliberado e aprovado o aumento do capital social da Companhia no valor de R\$ 17.106, passando o capital social de R\$ 2.136 para R\$ 19.242 com a consequente emissão de até 17.105.634 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas pelos acionistas. A subscrição foi realizada da seguinte forma: R\$ 282 mediante a capitalização de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (Afac) e R\$ 7.884 em moeda nacional e corrente. A Latam Water Participações Ltda. ("Latam Water"), neste ato, renunciou ao direito de subscrever o restante das ações a que teria direito, em consequência do exercício integral do seu direito de preferência, nos termos do artigo 171 da Lei das S.A., correspondente a 3.636.726 "Ações Remanescentes". Essas ações remanescentes foram oferecidas aos demais acionistas para subscrição. Em razão da renúncia parcial do direito preferencial pela Latam Water, os demais acionistas manifestaram interesse na subscrição das sobras das ações remanescentes na seguinte proporção: a acionista Itajuí Engenharia de Obras Ltda. ("Itajuí") manifestou interesse em subscrever 192.417 ações remanescentes e a acionista Sane Ambiental Ltda. ("Sanea") manifestou interesse em subscrever 3.444.309 ações remanescentes. Desta forma, a Itajuí subscreveu e integralizou R\$ 5.153 da seguinte forma: R\$ 32 mediante a AFAC e R\$ 5.121 em moeda corrente nacional. A acionista Sanea subscreveu e integralizou R\$ 3.786 em moeda corrente nacional.

3. Em 03 de setembro de 2024 foi deliberado e aprovado o aumento do capital social da Companhia, no valor de R\$ 12.892, passando o capital social da companhia de R\$ 19.242 para R\$ 32.134 com a consequente emissão de 12.892.084 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas pelos acionistas da seguinte forma: A acionista Itajuí Engenharia de Obras Ltda. (Itajuí) R\$ 3.868 mediante a capitalização do saldo integral de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (Afac), a acionista Sanea Ambiental Ltda. ("Sanea") R\$ 9.025, mediante a Afac e a acionista Latam Water renunciou ao seu direito de subscrição no aumento do capital social.

11.b) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

11.c) Distribuição de lucros e dividendos

O estatuto social estabelece que, aos acionistas serão assegurados dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado nos termos do art. 202, da Lei nº 6.404/76.

12. Receita líquida

	31/12/2025	31/12/2025
Receita de serviços com água	10.370	6.342
Receita de serviços com esgoto	8.092	3.839
Serviços prestados	80	-
Total receita bruta	18.543	10.181
Deduções da receita bruta		
Cofins	(1.394)	(305)
PIS	(302)	(67)
Abatimentos	(563)	-
Total das deduções da receita bruta	(2.261)	(372)
Receita líquida	16.282	9.809

13. Custos dos serviços prestados

	31/12/2025	31/12/2024
Energia elétrica	(2.157)	(1.207)
Pessoal	(1.035)	(1.025)
Materiais aplicados	(1.339)	(891)
Custos com serviços	(253)	(159)
Produtos químicos	(35)	(18)
Total	(4.946)	(3.300)

14. Despesas com pessoal, administrativas e gerais

	31/12/2025	31/12/2024
Serviços de terceiros	(839)	(1.419)
Depreciação	(2.417)	(1.573)
Manutenção e conservação	(5)	(167)
Salários e encargos	(302)	-
Despesas administrativas	(656)	(696)
Total	(4.214)	(3.855)

15. Despesas financeiras

	31/12/2025	31/12/2024
Encargos e variação monetária sobre empréstimos bancários	(12.001)	(8.384)
Tarifas bancárias	(972)	(2.532)
Juros sobre atraso em pagamentos	(45)	(21)
Total	(13.018)	(10.937)

16. Receitas financeiras

	Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024
Rendimentos de aplicações financeiras	244	627
Outras receitas	31	3
Juros ativos	532	-
Total	807	630

17. Imposto de renda e contribuição social

A conciliação do IRPJ e da CSLL, calculados pelas alíquotas previstas na legislação tributária, com os seus valores correspondentes na demonstração do resultado, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2025, em 2025 a empresa passou de Lucro Presumido para Lucro Real:

	31/12/2025	31/12/2024
Base lucro real		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(5.273)	-
Adições	245	-
Exclusões	-	-
Prejuízo fiscal apurado e base negativa da contribuição social após compensações	(5.028)	-
Imposto de Renda (alíq.25% x Prej. Fiscal)	-	-
Contribuição Social (alíq.9% x Prej. Fiscal)	-	-
Base lucro presumido		
Receita bruta operacional - Atividades em geral	-	10.181
Receita de aplicações financeiras	-	322
Discriminação da receita bruta tributável - IRPJ		
Receita Bruta de 32% (serviços acima de R\$ 120.000,00 no ano)	-	10.181
Base tributável sobre a receita bruta	-	3.258
Base sobre demais ganhos e rendimentos	-	322
Base de cálculo do IRPJ sobre o lucro presumido	-	3.580
IRPJ Apurado à alíquota de 15%	-	537
Adicional do IRPJ de 10% sobre a BC excedente a R\$ 60.000,00	-	340
IRPJ apurada	-	877
CSLL apurada	-	322
Imposto de renda e contribuição social	-	1.199
Alíquota efetiva	-	12%

18. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

As concessionárias mantêm vigentes apólices de seguros de riscos operacionais, de engenharia e de responsabilidade civil, para garantir a cobertura de danos decorrentes de riscos às suas atividades, tais como destruição total ou parcial das obras e dos bens que integram as concessões, além de danos materiais e corporais aos usuários.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

	31/12/2025	31/12/2024
Riscos de engenharia	107	107
Risco operacional	306	306
Responsabilidade civil	306	306
Seguro garantia	215	215
Saldo final	934	934

19. Aspectos ambientais

A Companhia considera que suas instalações e atividades estão sujeitas às regulamentações ambientais nacionais, estaduais e municipais.

Através de procedimentos operacionais e investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas, a Companhia procura diminuir riscos associados a assuntos ambientais.

A Administração da Companhia e suas controladas acreditam que nenhuma provisão adicional para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis individuais, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

20. Gestão de riscos

21.1. Objetivos e políticas para gestão de riscos financeiros

Os principais ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes. Os principais passivos financeiros da Companhia, que não sejam derivativos, referem-se à empréstimos, contas a pagar de fornecedores, contas a pagar de partes relacionadas e outras obrigações.

A Companhia está exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. A Administração da Companhia supervisiona a gestão desses riscos. A Administração da Companhia afirma que as atividades da Companhia em que se assumem riscos financeiros são regidas por políticas e procedimentos apropriados e que os riscos financeiros são identificados, avaliados e gerenciados de acordo com as políticas da Companhia.

A Companhia não possui atividades envolvendo derivativos. A Administração da Companhia estabelece políticas para a gestão de cada um desses riscos, os quais são resumidos a seguir.

Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de riscos: risco de taxa de juros, risco de câmbio e risco de preço. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem endividamentos e equivalentes de caixa. Dentro do risco de mercado, o risco aplicável à Companhia é o risco de taxa de juros.

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 40 (R1) – Instrumentos financeiros: evidenciação, é requerida a divulgação de demonstrativo de análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração. A Administração entende como relevante o risco de taxa de juros e para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a Administração da Companhia adotou para o cenário provável para os próximos 12 meses (cenário I), as mesmas taxas utilizadas na data das demonstrações contábeis. Para os cenários II e III considerou, conforme instrução da CVM, um acréscimo e uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente.

Risco de taxa de juros

Riscos de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo da Companhia sujeitas a taxa de juros variáveis. A Companhia gerencia o risco de taxa de juros mantendo uma carteira equilibrada de endividamentos sujeitos a taxas fixas e taxas variáveis.

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao reconhecimento de perdas. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação às contas a receber) e de financiamento, incluindo caixa e equivalentes de caixa e outros instrumentos financeiros.

O risco de crédito do cliente é administrado por cada unidade de negócio, estando sujeito a procedimentos, controles e políticas estabelecidas pela Companhia em relação ao gerenciamento de risco de crédito do cliente. Os recebíveis de clientes em aberto são monitorados regularmente. Uma análise de redução ao valor recuperável é efetuada a cada data de reporte usando uma matriz de provisão para avaliar as perdas de crédito esperadas. O cálculo reflete a probabilidade ponderada de perda, o valor do dinheiro no tempo e informações razoáveis e suportáveis que estão disponíveis na data de reporte sobre eventos passados, condições atuais e provisões de condições econômicas futuras.

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Tesouraria da Companhia de acordo com a política estabelecida pela Companhia. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido de cada uma.

Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos. Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional, a Companhia possui premissas de desembolsos e recebidos que são monitorados diariamente pela Tesouraria da Companhia. O objetivo da Companhia é manter um balanço adequado entre a continuidade da disponibilização de recursos e a flexibilidade de sua obtenção por meio de endividamentos

20.2. Instrumentos financeiros por categoria

Os instrumentos financeiros da Companhia são classificados da seguinte forma:

	31/12/2025
Caixa e equivalentes	222
Contas a receber de clientes	2.137
Outras contas a receber	169
Total do ativo	2.528
Empréstimos	(62.882)
Contas a pagar de fornecedores	(419)
Total do passivo	(63.302)
Total do ativo e passivo líquido	(60.774)

20.3. Gestão de capital

O objetivo principal da gestão de capital da Companhia é o de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas.

A Companhia administra a estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas e requerimentos de covenants financeiros. Para manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia pode ajustar o pagamento de dividendos aos acionistas, devolver o capital a eles ou emitir novas ações. A Companhia monitora o capital por meio de quocientes de alavancagem, que é a dívida líquida dividida pelo capital total, acrescido da dívida líquida.

21. Contingências

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não é parte integrante em ações judiciais, tributárias e trabalhistas nem em outros processos administrativos; portanto, não constituiu provisão para perdas prováveis estimadas nem divulgou perdas possíveis

22. Eventos subsequentes

De acordo com as normas contábeis, eventos subsequentes são aqueles que ocorrem entre a data do balanço patrimonial e a data de publicação das demonstrações contábeis, e que podem afetar a situação patrimonial ou o resultado da entidade.

Emissão de debêntures com garantia real

Após a data-base das demonstrações contábeis, a Companhia concluiu a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, com garantia real, distribuídas em duas séries, conforme Escritura de Emissão firmada em 15 de janeiro de 2026. A operação totalizou R\$ 72.500.000,00, divididos entre debêntures incentivadas e debêntures institucionais, observando as condições aprovadas pelos órgãos deliberativos competentes.

As debêntures possuem atualização monetária baseada em índice oficial de inflação e remuneração à taxa de juros estipulada contratualmente, aplicável sobre o valor atualizado, sem divulgação dos percentuais nesta nota, conforme política contábil adotada. Tais encargos seguirão a metodologia e os critérios de cálculo definidos na Escritura, incluindo capitalização e apuração periódica, de acordo com as normas aplicáveis ao instrumento de dívida.

A operação conta com garantias reais, incluindo alienação fiduciária da totalidade das ações de emissão da Companhia, cessão fiduciária dos direitos creditórios decorrentes do Contrato de Concessão e transferência fiduciária das contas vinculadas utilizadas para recebimento e controle dos fluxos operacionais e financeiros. Tais garantias foram constituídas com o objetivo de assegurar o cumprimento integral das obrigações assumidas na emissão.

Foram estabelecidos covenants e demais obrigações contratuais, abrangendo aspectos operacionais, regulatórios, financeiros e societários, que deverão ser observados ao longo da vigência da emissão. No que se refere às exigências financeiras, o cumprimento dos indicadores previstos na Escritura somente será requerido a partir de 31 de dezembro de 2030, data definida como marco para a primeira apuração obrigatória desses indicadores com base nas demonstrações contábeis auditadas referentes ao exercício findo naquela data.

O instrumento prevê prazo total de 24 anos, com vencimento final programado para 15 de janeiro de 2050, contemplando cronograma de amortizações em parcelas semestrais a partir de janeiro de 2030, de acordo com o fluxo de pagamentos previamente estabelecido.

A emissão foi realizada pela Igarapava Saneamento S.A., que permanece responsável pelo atendimento integral das obrigações previstas na Escritura. A Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. atua como agente fiduciário, encarregada da fiscalização e representação dos interesses da comunhão de debenturistas. As debêntures estão registradas, custodiadas e liquidadas por intermédio da B3, conforme regulamentação aplicável ao mercado de balcão organizado.

Diretoria

Marcos Kassardjian

Felipe Lisboa Contreiras

Lorenzo Varassin

Contador

Marcos Nascimento

CRC SP 253854/O-6

* * *